

Jornal do Professor

EDITORIAL

Ciência em chamas

O mês de setembro começou com o trágico incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, juntamente com seu acervo de 20 milhões de itens. Em uma noite, o prédio levou consigo 200 anos de Ciência e História de valor inestimável para o Brasil e para a América Latina.

Após a tragédia, os museus universitários brasileiros se veem ameaçados para além da realidade de recursos escassos e problemas físicos que já enfrentam cotidianamente. Conversamos com o atual gestor do Museu Antropológico da UFG, professor Manuel Lima Filho, sobre estes desafios e o que os museus precisam para permanecerem como fontes autônomas de pesquisa e extensão.

Conversamos também com o professor Vinicius Cunha Borges que nos contei sobre a agenda regional de eventos do INF que tem crescido em quantidade e qualidade de publicações assim como a importância da sua pesquisa e de outros colegas, ligada ao futuro 5G, uma tecnologia com enorme potencial e de papel fundamental no mercado de telecomunicações do Brasil.

Sendo assim, não é por acaso que a defesa da ciência seja assunto recorrente nesta edição do Jornal do Professor. Também acompanhamos a audiência pública realizada durante o XII Fórum da SBPC em que, com a parceria do Adufg-Sindicato, foi escrita uma carta em defesa da área de CT&I para os candidatos ao governo do Estado e que defende de forma irrestrita a manutenção e ampliação da Fapeg.

Celebrando os 40 anos do sindicato, conversamos com os professores Fernando Pereira e Romualdo Pessoa que contaram um pouco mais sobre a trajetória que levou o Adufg a se tornar um sindicato independente e encerramos esta edição com o relato do professor José Eduardo Macedo que foi de seminarista a diretor do Planetário. Aproveite sua leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Uma década de cinema: a criação do Cine UFG

Bárbara Zaiden



Cine UFG completa 10 anos com mostra comemorativa e recontamos essa trajetória com o seu idealizador, o professor Anselmo Pessoa

Páginas 8 e 9

Bárbara Zaiden



TRAJETÓRIA: De seminarista a professor: José Eduardo Macedo relembra seu caminho que passou pelo Planetário e pelos campi-avançados

Página 16

Adufg 40 anos

Romualdo Pessoa e Fernando Pereira: o caminho para se tornar independente

Página 13

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

XII Fórum da SBPC-GO leva aos governantes agenda positiva em defesa da CT&I

Página 12

REDES 5G

Conversamos com o professor Vinicius Cunha Borges (INF) sobre os desafios dessa tecnologia

Páginas 10 e 11

MUSEU ANTROPOLÓGICO

Após o incêndio do Museu Nacional, conheça os desafios que os museus universitários enfrentam

Páginas 6

prestação de contas		
Julho de 2018		
1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	332.837,37
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	4.218,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.594,64
1.4	Receitas Financeiras	8.944,81
1.5	Outras Receitas	11.587,34
1.6	Resgate de aplicações financeiras	67.898,09
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	184,39
Total R\$		426.895,86
2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	72.093,61
2.1.2	Encargos Sociais	37.195,84
2.1.3	Seguro de Vida	668,57
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	746,35
2.1.5	Ginástica Laboral	650,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	49.465,45
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.072,29
Total R\$		161.892,11
2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.995,63
2.2.2	Despesas com Correios	3.124,27
2.2.3	Energia Elétrica	2.974,01
2.2.4	Honorários Advocatícios	11.005,00
2.2.5	Honorários Contábeis	4.385,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	7.785,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.355,72
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.754,81
2.2.13	Serviços de Informática	1.598,31
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	6.800,00
2.2.15	Água e Esgoto	543,32
Total R\$		52.092,37
2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.795,09
2.3.2	Despesas com Táxi	255,04
2.3.3	Despesas com Coral	4.176,78
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	18.991,32
2.3.6	Tarifas Bancárias	494,26
2.3.7	Lanches e Refeições	784,13
2.3.8	Quintart	9.256,11
2.3.9	Patrocínios e Doações	9.214,24
2.3.10	Manutenção de Veículos	90,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	9.974,67
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.542,74
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	6.098,74
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.163,80
2.3.17	Material de expediente	585,26
2.3.18	Outras despesas diversas	3.104,18
2.3.19	Manutenção e Conservação	3.730,89
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.619,12
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.917,13
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	6,60
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	4.427,90
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	450,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	488,40
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.400,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	509,75
Total R\$		86.076,15
2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	4.749,75
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	605,56
Total R\$		5.355,31
2.5	Repasso Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasso para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.086,34
Total R\$		27.086,34
Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		332.502,28
3	Resultado do exercício 07.2018 (1-2)	
		94.393,58
4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	93.862,13
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	7.220,60
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		101.082,73
4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	6.754,08
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		6.754,08
4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
Total R\$		0,00
Total Geral dos Investimentos R\$		107.836,81
5	Resultado Geral do exercício 07.2018 (3-4)	
		-13.443,23

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



INFORME JURÍDICO

ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA APROVA O INGRESSO DE QUATRO AÇÕES JUDICIAIS NO DIA 27.08.2018

No dia 27.08.2018, a assembleia geral aprovou o ingresso de quatro ações coletivas: 1) cota-parte no pagamento do auxílio-creche descontada no contracheque dos(as) servidores (as); 2) revisão geral anual da remuneração; 3) cumulação do adicional de insalubridade com a gratificação de raio-x; e 4) isenção de imposto de renda para professores aposentados com doença grave;

A primeira ação aprovada em assembleia, buscará a restituição aos(às) docentes da cota-parte descontada no contracheque, referente ao auxílio-creche pago aos servidores e servidoras que possuem filhos até 6 anos de idade e gozam ou gozaram, nos últimos cinco anos, do benefício.

A segunda ação, buscará concretizar o que está disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal que disciplina ser “assegurada revisão geral anual” da remuneração/ subsídio dos servidores públicos.

Já a terceira, buscará que as Universidades federais de Goiás sejam obrigadas a conceder o adicional de insalubridade e a gratificação de Raio-X para os(as) docentes que estejam expostos(as) aos dois fatores de risco.

Por fim, a quarta e última ação aprovada no dia, buscará garantir aos professores(as) portadores(as) de doença grave o direito à isenção do imposto de renda sobre os rendimentos de sua aposentadoria, bem como aos aposentados(as) proporcionalmente e seus pensionistas que vieram a adquirir doença grave o direito à integralização da aposentadoria.

Todas as ações foram aprovadas com ampla maioria dos presentes, eis que houve apenas uma abstenção e nenhum voto contrário e em breve serão ajuizadas pela assessoria jurídica do ADUFG-Sindicato.A sentença também é de 1º grau e cabe recurso para instâncias superiores.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D’ Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI – Nº 50

Setembro de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)
Editora responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Guilherme Fernandes
Charles Adryel
Amanda Sales
Estagiários

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 19/09/2018

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Gráfica Moura

jornaldoprofessor:adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Ulisses do Valle*

De quem é a culpa?

Chamado a escrever um artigo para esse jornal nas proximidades das comemorações da Independência do Brasil, hesitei tantas vezes que é impossível começar sem falar daquilo que se coloca como obstáculo não só para mim, espero, mas para todos que ousem refletir sobre tudo o que tem ocorrido em nossa história recente. Fenômenos como os protestos de 2013, as eleições de 2014 e o ressentimento cultivado pelos derrotados, tudo o que a Lava-Jato revelou e ocultou desde então, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e a agenda perversa de austeridade seletiva implantada em consequência dele, a ascensão ou explicitação da extrema direita em paralelo à quase dissolução do maior partido de esquerda que o país já teve, a ascensão de uma figura como Bolsonaro e o que ele representa, o assassinato de Marielle Franco, tiros disparados contra as caravanas do PT e de Lula, a prisão e a inelegibilidade da maior liderança política do país, o incêndio do Museu Nacional, a facada em Jair Bolsonaro e, por fim, a Independência.

Diante da necessidade de interpretar tudo isso e prestar-lhe um significado coerente para nossas vidas, o sentimento que se sobressai dificilmente é outro que não o de desorientação e impotência: uma avalanche de acontecimentos cujo sentido não apenas nos escapa, como nos atropela e impele a um quase inevitável ceticismo quanto à possibilidade de uma mudança consoante às expectativas de um futuro melhor. Em outras palavras, a história, embora costumaz conselheira do afazer humano, não oferece nenhum consolo e, menos ainda, uma terapia eficaz. Ela, apesar disso, pode nos ajudar a compreender o que, à revelia das boas ou más intenções, temos efetivamente feito, o que estamos fazendo e, neste sentido, a compreender quem nós próprios temos sido até aqui.

Se há um ponto comum que pode ser subtraído de todos esses acontecimentos, ao mesmo tempo tão diferentes e tão sugestivamente próximos, não é nem corrupção nem tampouco um conflito político entre forças conservadoras e progressistas, elite e povo. O comum a todos esses acontecimentos é a escalada de violência indiferenciada que engendram, reforçam e participam, suscitando em todos os membros da sociedade uma busca ensandecida por culpados da situação claramente percebida como anormal, caótica e permanentemente sujeita a todos os tipos de transgressões, das mais eufemizadas às mais ostensivamente violentas.

Se a violência se indiferencia e se generaliza ao ponto de atingir e contaminar toda a sociedade, a culpa, por sua vez, é muito precisamente delimitada: ela é quase sempre dos outros. Esse tipo de contaminação, longe de ser metafórica, é mimética e demasiadamente real, como os mostrou René Girard¹. Ela é produto do sugestionamento recíproco que a própria violência desperta sobre todos nós. Os protestos de 2013 logo se dividiram em pelo menos dois grandes grupos: um de fato associado a pretensões de mudança radical da sociedade, identificado às forças de esquerda, e outro “bem comportado” e ordeiro, que passou até a se organizar institucionalmente, como é o caso de associações para-partidárias como o MBL e Vem Pra Rua, que se assumem como direita. O que uniu esses grupos inicialmente foi o ódio e a sede de expiação da culpa; o que os separou foi a própria identificação dos

culpados. As ideologias que daí surgiram não passam de frágeis racionalizações desse processo de identificação dos culpados e da justificação da violência que deve recair sobre eles. Neste caso em particular, um grupo culpa o outro pelo fracasso do movimento, e o grupo a que foi atribuída a culpa e violentado em razão dela devolve, por sua vez, a mesma identificação da culpa ao outro grupo.

Qualquer possibilidade de diálogo cessa em absoluto num processo irrefreado de culpabilização e violência recíprocas, violência que se torna, por assim dizer, na única linguagem inteligível entre tais grupos. Este mecanismo persecutório e generalizado que se instala numa sociedade pode ser verificado com relação a todos os demais episódios mencionados, e se explicita com uma evidência assustadora no falatório e nos “tribunais” das redes sociais; falatório em que a tagarelice habitual dos seres humanos, para a qual as redes sociais constituem terreno tão fértil, tem tomado ares de linchamento e assassinato coletivo.

Se a população brasileira já está entre aquelas que mais promovem linchamentos físicos, quando o assunto é linchamento virtual ela facilmente se supera. Aliás, uma prática não está assim tão distante da outra. Em estudo recente sobre o significado ritualístico das práticas de linchamento na sociedade brasileira, José de Souza Martins confirmou que, embora os linchamentos físicos sejam executados “por grupos relativamente menores que a ‘comunidade inteira’, há muitos indícios imediatos de um círculo extenso de coadjuvantes”. Coadjuvância que, diz ele, se multiplica com a internet e as redes sociais².

Constatar esse mecanismo de repartição persecutória da culpa – e a consequente produção reiterada de bodes expiatórios – não significa dizer que não há culpa nem tampouco que todos sejam igualmente culpáveis. Mas essa

constatação nos obriga, no mínimo, a investigar com mais rigor os processos históricos e sociais de formação da culpa, prestando mais atenção não em quem um ou outro grupo elege como culpado, mas naquilo que a esses diversos grupos se apresenta como um ímpeto comum, qual seja, o de reproduzir a violência da qual se julgam inocentes.

Se a exteriorização da culpa sobre os outros constitui um processo de reincidência descontínua, sua interiorização constitui um processo de longa duração, ligado a conflitos que atravessam toda nossa história social.

Mas isso é assunto para um próximo artigo. Tenhamos em mente, enquanto isso, que “independência” é uma palavra demasiado grave para ser usada assim tão displicentemente, e talvez venha a servir mais para dissimular o ridículo daquilo que temos sido do que para designar um estado de coisas do passado ou do presente.

1 - Girard, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1990.
2 - Martins, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 16.

* Ulisses do Valle é professor Adjunto da Faculdade de História onde leciona Teoria e Metodologia da História



Hélio Furtado
do Amaral*

Leitura de leigo - PARTE 2

4 – In...Decisão do STF

Quando a UFG ingressou com ação rescisória, eu estava em busca de solução para o nosso caso, e, em especial, dos professores/pensionistas do magistério superior oficial. De repente, encontro uma manifestação do STF, de junho de 1997: o acórdão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1620-2. O acórdão previa um regime único mas especial para os professores de universidades federais.

Com a alteração na redação do artigo 206,V, (Emenda Constitucional nº 53) a decisão não produziu seus efeitos desejados. Após 7 anos, o Procurador – Geral da República, Geraldo Brindeiro (professor da UnB e titulado pela Universidade de Yale), sugeriu o arquivamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1620-2.

Aproveitei a fase pacífica do STF para me aprofundar no conhecimento dos problemas jurídicos das Universidades Federais. Estas, em busca de uma utópica, operacionalmente falando, autonomia, embora já admitida pela Constituição Federal em seu artigo 207. É o que entendi quando me deparei com a Lei 5540/68, tomada como defesa da autonomia da Universidade de São Paulo.

À época, não era essa lei a única em favor do magistério superior oficial. Cito algumas a Lei 4881-A/1965 (Estatuto Superior) a de nº 5539/80. Após isso, a lei a Lei 5540/68, especialmente em seu artigo 37 e seus incisos I (estabilidade) e II. Mas tais leis não foram recepcionadas pela Constituição de 1988.

É de se questionar quando se declara que a “jurisprudência consolidou o entendimento do sentido de que se aplica à concessão do benefício à legislação vigente à época do óbito do instituidor”. Por que não se aplicar ao instituidor? Ou então “Lex nova ad preaetérta trahi nequit”?

5 – Desativação de Rubrica

O problema da desativação de rubrica de nossos proventos, pagos como complementação desde 1º de agosto de 1994 teve uma origem espúria: não recadastramento da professora Judite Ivanir Breda, aposentada, maior de 70 anos, portadora do mal de Alzheimer.

Lamento, a iniciativa do ilustre Procurador Federal, em defesa do erário público ou da moralidade, ignorando, por exemplo, a Súmula STF 150: “ Prescreve a execução no mesmo tempo da prescrição da ação”. Como fica a Lei 9874/99? A Lei 9874/99 incluiu, em seu artigo 54 a decadência após 5 anos.

6 – Tempo de Serviço

Ingressei na UFG, através de habilitação do processo seletivo, previsto no decreto nº 77681/76.

Exerci funções como professor titular, especialmente, Chefe de Departamento de comunicação e Presidente do colegiado de cursos. Aposentei-me em 1984. Após me aposentar, verifiquei meus proventos pagos pela Previdência Social

foram fixados em 12,39 salários mínimos (hoje se reduzem 5 salários mínimos, já que, em lugar do salário mínimo surgiu a figura de salário e referências).

Em 1987 fui convidado para exercer as funções de assessor de assuntos políticos do Reitor, professor Joel Pimentel Ulhôa e de professor visitante (substituto), no período de 8 anos, isto é de 1987 a 1995. (Mas informações encontram-se, substancialmente, num documento do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 12/07/1989).

7. Idosos esquecidos

A representação do Procurador Federal, como se tratasse de magistrado em parecer de força executória é tão desumana que brada aos céus, sejam de cristãos, sejam de gregos, sejam de romanos.

Não é possível que o Procurador Federal não tenha sido alertado: sua proposta fere pessoas de idade avançada, sem possibilidade de recuperação financeira. Preferiu ignorar o Estatuto do Idoso especialmente a Lei 13466/2017.

Tudo isso ignorado pelo questionador; o que é válido para ele é o resgate erário público.

Conclusão

É provável que existam inúmeras situações idênticas nas Universidades Federais: alguns professores embora regidos pela CLT, aposentados antes da Constituição Federal e da implantação do Regime Jurídico Único, continuaram a ser pagos pela Universidade a que pertencem. Inúmeros outros preferiram se vincular unicamente a Previdência Social, já que tinha outras fontes de renda. Outros, enfim, se vincularam exclusivamente à Previdência Social, apesar dos limitados proventos.

Seria o caso de se realizar uma pesquisa específica, nem que, para isso, houvesse a colaboração do Proifes.

Nota: Escrever cartas sempre foi um habito meu, desde a era Vargas. É o que me ocorreu quando escrevi a dois Presidentes, do Judiciário (Carlos Velloso) e da república. Só ambos me responderam.

(Post Scriptum)

O Processo 316/90 só foi possível graças a anjos protetores como: as professoras Minde Badauy de Menezes e Maria Iêda Almeida Burjack, que como diretoras à época da Adufg, assumiram a responsabilidade pela contratação do advogado e por despejas gerais; o Dr. José Porfírio Teles, que, como advogado, já, ofereceu sua colaboração e competência jurídica, além de seu idealismo, de 1991 a 2009; a doutora Maria Isabel Silva Dias pela colaboração na solução de meu caso em última instância.

*Hélio Furtado é professor aposentado da UFG e está envolvido no processo supracitado há 17 anos.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Cinema

Cine Cultura apresentou, com apoio da UFG, a 3ª edição da mostra Elas Fazem Cinema, só com filmes dirigidos por mulheres. O tema deste ano foi “memória” com curadoria de Patrícia Guedes. A mostra é promovida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero e Cinema (GECI) da Faculdade de História da UFG (FH).

Parceria

A UFG e a Associação de Bancos (ASBAN) assinaram um Protocolo de Intenções. O documento foi assinado pelo Reitor Edward Madureira e pelo presidente da entidade, Mário Queiroz, e visa a cooperação entre as instituições para estabelecer parcerias no desenvolvimento de estudos, projetos e pesquisas de interesse social.

Plano de Saúde

No dia 10/9 foi realizada uma assembleia na sede administrativa do sindicato sobre o plano de saúde oferecido aos filiados. Ela foi encabeçada pelo presidente Flávio Alves da Silva e pelo diretor financeiro Thyago Marques.

Contas

A prestação de contas do plano assistencial de 2017 foi apresentada e esclarecida aos participantes, que a aprovaram por unanimidade. Foram apresentados os investimentos do sindicato na saúde dos 6.456 usuários do plano, como automação e compra de softwares para acompanhamento dos serviços.

Reajuste

Os participantes debateram sobre o reajuste da mensalidade do plano e a recomposição dos membros da comissão de saúde. Para 2019, a Unimed propôs um reajuste de 16,45% e foi decidido que a comissão de saúde estude os índices de reajuste para negociação com a Unimed e apresente aos usuários em uma nova assembleia.

Auditoria

Além disso, todos os presentes votaram para que seja feita uma auditoria externa do plano de saúde afim de fiscalizar, dentro das regras éticas e legais, o serviço. A diretoria ficou responsável por levantar informações sobre a melhor forma de realizar a auditoria.

Mais Saúde

A edição de setembro do Mais Saúde tem como tema obesidade e diabetes. O evento tem como convidadas as nutricionistas Karla Speridião e Hellen Christina mais a psicanalista Vitória Costa. A programação traz roda de conversa com elas e oficina de nutrição funcional com a nutricionista e chef Verinha Fernandes.



Bárbara Zaiden

Detalhe do desenho que cobre as portas de vidro da entrada do Cine UFG, na Faculdade de Letras. Emblemática, a obra de arte é de criação da artista Sarah Ottoni. A pintura, que combina perfeitamente com o cinema que acaba de completar uma década é quase tão antiga quanto ele. Se você já passou por ali e não a viu, não tem problema: a pintura fica na entrada da bilheteria do cinema, de lado. Vale a pena observar os seus detalhes caso você resolva conferir a mostra comemorativa. A arte foi realizada há cerca de oito anos, pouco depois da chegada do técnico de audiovisual Nilo Borges à sala, funcionário mais antigo do Cine UFG. Ele testemunhou a pintura, que faz referências discretas a cenas icônicas do cinema e juntos acompanharam todas as fases pelas quais a sala passou desde a sua inauguração.



Justiniano/Secom-UFG

O quinteto Cordel do Fogo Encantado (PE) foi a atração do Música no Campus em setembro. A apresentação faz parte da turnê de divulgação do quarto e mais recente álbum do grupo, chamado Viagem ao Coração do Sol. Entre os sucessos foram apresentadas “Ai se Sêsse” e “Tempestade” além das novas canções “Raiair ou o Vingador da Solidão” e “Pra Cima deles Passarinho”, entre tantas outras. O show marcou o retorno da banda à Goiânia após um hiato de oito anos, quando o grupo esteve separado.

Eleições

Dando continuidade à agenda positiva da SBPC, a entidade lançou um site chamado “Observatório das Eleições 2018”. O site reúne propostas de políticas públicas da comunidade científica para educação, ciência, tecnologia e inovação e os compromissos dos candidatos ao Executivo e ao Legislativo com tais proposições, caso sejam eleitos.

Propostas

Estas propostas para CT&I, educação e outras áreas foram debatidas ao longo do primeiro semestre e reunidas no caderno “Políticas Públicas para o Brasil que Queremos”, encaminhado a todos os candidatos das eleições deste ano.

Fapeg

A SBPC desenvolveu uma carta pela Defesa Irrestrita da Fapeg, destacando a importância e as conquistas da instituição, sendo a principal agência de fomento e Goiás. Porém, foi ressaltado que ela precisa “dar um salto de qualidade, o que será possível com a liberação financeira na forma de duodécimo, para assim estabelecer programas de médio e longo prazo”, para reduzir os contrastes regionais e minimizar os entraves para o seu crescimento.

Presidenciáveis

Da mesma forma, o Proifes-Federação apresentou aos 13 candidatos à Presidência da República sua Carta aos Presidenciáveis. O documento foi elaborado a partir da determinação dos delegados e delegadas presentes ao XIV Encontro Nacional do Proifes-Federação.

Resposta

Ao enviar o documento o Proifes-Federação solicitou aos candidatos um retorno, por escrito, destacando os pontos de concordância e divergência com o texto apresentado. A federação se comprometeu a dar publicidade às respostas em suas redes e nas redes de seus sindicatos federados.

Transporte

O Adufg-Sindicato entregou à Reitoria da UFG um ofício requerendo, com urgência, a readequação da portaria nº 98 de 05 de janeiro de 2018, que responsabiliza o docente pelo veículo a ser utilizado no transporte para determinada atividade extraclasse.

Responsabilidade

A norma também estabelece que, mesmo nos casos em que houver motorista da Universidade para realizar a condução do transporte, o docente solicitante deva se responsabilizar pelos discentes que estiverem no veículo.

Prêmio

As alunas Natália Dias, Brunna Soledad e Emilly Almeida da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) ganharam na categoria “Cinema e Audiovisual –Vinheta” o prêmio nacional no 41º Congresso Brasileiro de Comunicação (Intercom). Elas são do curso de Publicidade e Propaganda.

Museu Antropológico: defesa da História do Centro-Oeste

Após incêndio do Museu Nacional, museu universitário da UFG sofre com falta de recursos e pouco engajamento do público

Charles Adryel

No dia 2 de setembro, um incêndio destruiu quase inteiramente o Museu Nacional, no Rio de Janeiro e, com o próprio prédio histórico, um acervo de 20 milhões de itens. Após a tragédia, se especula o que pode ser feito para evitar que ela se repita em outros museus pelo Brasil. O Museu Nacional é um museu universitário, administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A UFG possui um museu universitário: o Museu Antropológico, na Praça Universitária que, apesar de não ter o porte do Museu Nacional, ainda conta com um acervo de milhares de itens, muitos deles pré-históricos, sobre o povoamento do Centro-Oeste e seus movimentos de ocupação.

Desde a tragédia, o professor Manuel Lima Filho, diretor do Museu Antropológico, conta que a agenda se intensificou, embora o engajamento por parte dos professores seja de longa data, a ampla divulgação do que aconteceu no Rio de Janeiro atraiu o interesse da sociedade para as inúmeras demandas dos museus.

São questões técnicas muito específicas só que não existe uma política pública para o financiamento dos museus. Portanto, Manuel conta que é preciso depender de editais para atender a questões pontuais, geralmente perseguindo pautas mais urgentes e críticas. E são despesas caras: apenas os armários deslizantes para o armazenamento adequado desse acervo podem chegar a R\$ 300 mil, então como atender a tudo isso? “O MEC não tem uma linha de financiamento dos museus universitários, para a salvaguarda do material. Nós não podemos ficar à mercê de editais. A realidade de um museu como esse é extremamente complexa. Nós fazemos pesquisa e atendemos a comunidade e ainda temos a obrigação de salvaguardar o patrimônio que não é nosso, é do povo brasileiro”, disse.

É uma rede de protocolos estabelecido internacionalmente e pelas leis no Brasil de proteção do patrimônio da museologia que coloca o Museu Antropológico



Professor Manuel Lima Filho: os museus universitários sofrem com a falta de políticas públicas de financiamento

co nessa situação de luz amarela. Outro problema, esse permanente, é a falta de informação: as pessoas não sabem a importância do acervo, então “fica até difícil para a sociedade compreender o que tem lá”.

O Museu Antropológico tem 150 mil peças arqueológicas, 15 mil documentos e aproximadamente 6 mil artefatos da reserva de grupos indígenas do Brasil Central. “Nós vamos fazer 50 anos ano que vem e o museu tem a ver com história da própria nação, pela ocupação do Centro-Oeste, chamada Marcha para o Oeste, a construção de Brasília e a construção de Goiânia. A UFG se confunde com isso e com a própria história do Museu Antropológico”, aponta Manuel.

Funcionamento

Sobre as atuais condições do Museu Antropológico, Manuel diz que ele “funciona bem”, mas que não é “o ideal”. “Mas o mais frágil é segurança”, declara, lem-

brando que o museu fica em uma área muito movimentada e que é muito vulnerável. Ele conta que já atearam fogo a uma das grandes árvores do quintal pelo menos três vezes e que um dos prédios já passou por uma tentativa de arrombamento. Há o perigo para o pessoal e alunos, já que o prédio tem aulas e funciona até tarde da noite.

Ele retorna à falta de recursos dedicados aos museus, especialmente no que toca a segurança e à conservação tanto dos prédios quanto do patrimônio. “É preciso ter essa rubrica própria para as questões de emergência e salvaguarda”, martela, “é uma luta que nós vamos fazer junto ao MEC. Não podemos lamentar depois, temos que ter um sistema de segurança. O ideal seria um sistema moderno de combate a incêndio que não tem”.

Retrocesso

Porém, Manuel conta que a esperança de uma maior aces-

sibilidade após o incêndio foi respondida com arbitrariedade. O governo federal extinguiu o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) pela Medida Provisória 850. O IBRAM fora criado em 2009 e marcou a primeira vez que o país tinha um órgão voltado apenas para as pautas dos museus brasileiros e que mapeou os mais de 3700 museus. A decisão chocou os museólogos que se opõem à criação da ABRAM (Agência Brasileira de Museus) que, se propõe, deverá ficar responsável pelos 23 museus federais, sem contemplar os demais.

Na proposta fala-se muito de gestores privados, mas não fica claro como isso seria feito. “Estão querendo tirar o museu da UFRJ colocando na mão de uma OS que a gente não concorda, porque isso fere a autonomia universitária e teria um enorme efeito dominó”, argumenta Manuel, “a ABRAM tira toda a responsabilidade do poder público. E isso é um perigo, abre um precedente”.

Novo estacionamento da sede administrativa é inaugurado com festa

Espaço está disponível para professores, usuários do Espaço Saúde e funcionários

O Adufg-Sindicato recebeu os docentes filiados e dependentes na última sexta de agosto (31/8) para mais uma edição do tradicional “Quintart”. A atração musical ficou por conta da dupla Nil Castilho e Cristiano com um repertório que visitou o melhor de todos os gêneros musicais. Além disso, a edição serviu para celebrar a inauguração do estacionamento da sede administrativa, que já está funcionando normalmente desde então. O estacionamento estará aberto todos os dias, das 7h até 22h, a identificação do usuário será feita pela recepção do Espaço Saúde por meio de uma câmera posicionada na entrada do estacionamento. Para os eventos, o funcionamento será excepcionalmente realizado até 23h, com a presença de um segurança e um manobrista contratados.

“Esse novo espaço é uma reivindicação antiga dos sindicalizados, funcionários e usuários da sede administrativa e do Espaço Saúde. O objetivo é justamente proporcionar maior segurança para todos e em qualquer período ao longo dos dias. Além do estacionamento, existem câmeras estrategicamente posicionadas para gerenciar o controle de entrada e saída dos veículos”, disse o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva. A professora Orme-zinda Gervásio reforçou a necessidade de aprimorar a segurança para quem frequenta o sindicato no período noturno: “O estacionamento veio no sentido de atender a necessidade de todos nós que trabalhamos com o Coral Vozes e o Infantojuvenil do Adufg-Sindicato, além dos pais dos alunos que sempre estão aqui à noite. A iniciativa é coerente e agradecemos à diretoria do sindicato por isso”.

Outro lote também foi adquirido pela atual diretoria do Adufg-Sindicato, porém com o intuito de construir uma nova sede administrativa. De acordo com o professor Thyago Carvalho Marques, Diretor Financeiro, o projeto já está em execução e visa, acima de tudo, estabelecer o conceito de sustentabilidade energética e financeira para as novas dependências. “Um dos principais objetivos que buscamos nessa diretoria é desenvolver um trabalho de quali-



O estacionamento fica na Rua 229 e ficará aberto diariamente das 7h às 22h, funcionando até às 23h em eventos



Reitor Edward Madureira



Os membros da diretoria: professores Luís Contim e Flávio Alves da Silva

dade com relação custo/benefício para os professores associados. Nós estamos no processo de implantar um projeto de usina solar para economizar as despesas em energia elétrica, tendo em vista a sustentabilidade e o controle de gastos”.

O Professor Edward Madureira, reitor da Universidade Federal de Goiás, também esteve presente na solenidade e reconheceu as recentes conquistas do Adufg-Sindicato para fortalecer a conexão entre os docentes sindicalizados. “É com alegria que eu vejo que o sindicato dos docentes está cada vez mais forte e também cada vez mais presente no dia-a-dia do professor e do professor aposentado. A demanda que os espaços do sindicato sempre crescem, não só nos momentos festivos, mas também nas atividades do coral e de outras atividades de apoio. Trazer segurança para as pessoas é sempre muito importante, então fico contente de ver essa conquista para o sindicalizado”, finaliza.



A inauguração foi celebrada com churrasco no Quintart



Andreia Lopes, Raulino Naves, Gabriel Naves e Hayssa Almeida

Cine UFG completa 10 anos

Cinema celebra com programação especial

“Nesse espaço que nós estamos vendo aqui, talvez fosse o pior auditório da UFG”, conta o professor Anselmo Pessoa, da Faculdade de Letras, sentado nas cadeiras do Cine UFG. Ele se refere ao antigo auditório da faculdade, que deu lugar ao que hoje é a sala de cinema que acaba de completar 10 anos. “Os projetistas, atendendo às demandas da faculdade, com dinheiro praticamente zero naquele momento, fizeram uma coisa que era um teatro, com palco, que era um auditório, uma sala de defesa... no final não era nenhuma dessas coisas. Era algo muito rústico”, critica o professor. Acabou que ele se incumbiu da missão de mudar aquele auditório.

Essa história começa não há 10, mas há 20 anos atrás, quando ele se tornou diretor da faculdade e, depois, assumiu a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec). “A faculdade como um todo ainda era muito desorganizada do ponto de vista de estrutura física, nada funcionava a contento e este auditório me intrigou de cara. Era vergonhoso receber alguém aqui. Ao mesmo tempo, não tínhamos dinheiro. Logo que fui eleito, fiquei com isto martelando e pensei, ‘pô, por que não construir um cinema naquele auditório?’ e onde que eu vou arrumar o dinheiro?”, conta. Ao mesmo tempo começava um novo governo do Estado que foi o primeiro mandato de Marconi Perillo, que tomou posse em janeiro de 1999. Coincidentemente, Anselmo passou a ter contatos no secretariado: os professores Nasr Chaul, Raquel Teixeira e Denise Carvalho que na época assumiram, respectivamente, a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel), a então Secretaria de Educação e a então Secretaria de Ciência e Tecnologia e foi até eles com uma proposta.

Foi organizada uma reunião com a presença da então reitora, professora Milca Severino Pereira. “Apresentei o projeto que tinha sido encomendado, também sem condições de pagar (risos) de uma arquiteta muito amiga minha que é a Débora Bri-

to, que fez o projeto pra mim a fundo perdido”, relata Anselmo. Ele propôs dividir o projeto entre as três secretarias de Estado: a Agepel ficaria por conta do projetor, a Secretaria de Ciência e Tecnologia daria as cadeiras, a Secretaria de Educação faria a reforma física do espaço. “Nessa reunião todos concordaram, tudo bonito, tudo lindo. Mas aí na hora de sair entram milhões de variantes”, conta o professor, “o processo que mais começou a andar foi o do Chaul, apesar de gigantescos entraves burocráticos. Vira e mexe fazíamos visitas ao secretariado e ao próprio governador. Mas em relação às reformas e às poltronas, não saía do lugar”.

Ele então decidiu abrir mão das parcerias e sugeriu tentar fazer tudo através da Agepel, o que acabou dando certo, mas ainda assim não foram os últimos obstáculos encontrados. “Demorou demais. O Edward foi eleito e me convidou para assumir a Proec. Lembro que quando instalaram essas poltronas aqui, elas foram instaladas de maneira errada, então tiramos tudo, para refazer e mexer nesse piso. Essa parte já foi a reitoria do Edward que fez com verba da própria UFG e inauguramos nessa gestão”, conta. No final, o projeto que começou a ser pensado em 1998 só foi inaugurado no dia 29 de agosto de 2008.

Mas inaugurar não era um fim em si mesmo. Faltava planejar como toda a programação iria funcionar, tendo em mente que um cinema precisa ter público. “Eu era um cinéfilo e por minha experiência eu sabia o que podia dar errado em uma sala. Nesse período eu morava no Centro e frequentava muito o Cine Cultura, ia a pé”, conta Anselmo, só que “praticamente todas as vezes eu ia e a sala estava fechada”. Ele conta que ficava muito frustrado até que deixou de ir. Portanto, “um cinema só consegue se manter se ele tiver sessões permanentes e não falhar, pro expectador vir e não quebrar a cara, porque senão ele não volta”.



A estratégia era ter mostradas ligeiras, temáticas e sempre mudando, para apelar de fato para um público cinéfilo. “Nossa programação era muito rápida. Mesmo sem saber o título, o expectador viria porque gosta de cinema e porque sabe que tem sessão às 12h30 e às 17h30. Mantivemos isso por oito anos”,

se orgulha o professor. “Por questões em que ninguém tem culpa, as gestões que nos sucederam não conseguiram manter esse ritmo”, lamenta.

Apesar de toda a demora, o professor Anselmo se diz profundamente orgulhoso do Cine UFG. “Aqui tudo, cada detalhe foi pensado. Essa mesa que você encon-

com mostra comemorativa

dedicada ao cinema goiano contemporâneo

Fotos: Bárbara Zaiden



Nilo Borges (preto)
ao lado do professor
Anselmo Pessoa, da FL



A professora Flávia Cruvinel, atual Diretora de Cultura da Proec

um sucesso”, finaliza o professor.

Os 10 anos

Após muitos anos de programação fiel e variada, geralmente de clássicos, o Cine UFG passou por dificuldades, perdendo funcionários, e passou os últimos dois anos exibindo praticamente apenas filmes nacionais cedidos pelo Programa Brasil, da Ancine, que oferece filmes financiados com verba pública para serem exibidos em salas públicas, e também um cineclube de cinema francês, conduzido por uma professora da FL. Quem acompanhou tudo isso de perto foi o técnico audiovisual Nilo Borges, responsável pelo cinema e funcionário exclusivo do Cine UFG há oito anos.

Ele explica que o cinema possui algumas condições que complicam um pouco a sua situação. Por exemplo, ele só pode exibir filmes entre os turnos e, por não cobrar ingresso, perde sua capacidade de negociação com as distribuidoras. Com isto em mente, Nilo conta que no começo do ano já começou a pensar na mostra comemorativa, sabendo que os recursos eram muito limitados. “Pensei em fazermos alguma coisa especial. Fazer com filme estrangeiro era praticamente impossível, muito caro, coisa de R\$ 20 mil”, conta.

Daí veio a ideia de valorizar a produção local que, “de uns cinco anos pra cá, tem se revigorado, produzido bastante e fazendo obras interessantes que chegaram a entrar no circuito comercial”, explica Nilo, “temos alguns filmes que estão circulando bem, sendo premiados em festivais. As *Duas Irenes* é o caso mais emblemático: rodou o mundo, foi premiado na Espanha, premiado no Canadá, entrou no circuito comercial aqui, passou em cinemas importantes do Brasil inteiro, com boa aceitação de público e crítica”.

Mirando nessas produções, foi consolidada a ideia de fazer uma mostra do cinema contemporâneo goiano, mesmo sem recurso, conversando com os diretores e produtoras que era importante tentar agrupar

essas obras. A mostra também é, com curadoria dele, o primeiro passo para levar o Cine UFG de volta ao seu período de ouro. “O pessoal sempre fala muito: vamos resgatar o cine, vamos retomar. Então o começo do ano foi muito intenso, trabalhamos muito, fizemos várias reuniões”, conta Borges.

O futuro

Esta retomada do Cine UFG deve ser encabeçada pela professora Flávia Cruvinel, pró-reitora adjunta da Proec e diretora de Cultura que está tomando medidas para que o cinema volte a ter programação constante e diversa. A mostra comemorativa dos dez anos foi o primeiro passo, do dia 3 de setembro ao dia 23 de outubro, com 22 curtas e 10 longas-metragens goianos e que também marcou a inauguração o Café das Letras, que constava no projeto original e só foi concretizado agora, abrindo as portas no dia em que a mostra começou.

A professora Flávia conta que o Cine UFG entrou no Cine-mas em Rede, da Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP) e na Recam, rede latino-americana de audiovisual ainda em formação. “Então, a ideia é a gente continuar essa parceria, mas agora já estamos conversando de tentar cada instituição fazer a sua própria curadoria”, conta a professora, cuja ideia é “a partir do acervo digital a gente poder não só ter essa sessão conjunta mensal, é a gente passar a ter sessões diárias”. Ela destacou, da mesma forma, o marco que são os 10 anos do Cine UFG, pois ele foi pioneiro e poucos cinemas em universidades tem essa trajetória e longevidade: “grande parte das instituições não tem cinema nas universidades ou estão comemorando conosco dez anos ou menos tempo”.

Depois da mostra, ela espera dar início à recomposição do Cine UFG: “a partir dessa mostra já pensar em editais de curadoria e também reestruturar a equipe e reestruturar todo o funcionamento do Cine”.

tra uma réplica lá no Centro de Eventos foi desenhada para essa sala com essas medidas. As poltronas, a tela, o sistema de som, o armário para a aparelhagem, já estava tudo no projeto. Do pior auditório da UFG, ele passou a ser, quando foi inaugurado, o melhor da UFG”, relembra. “O Cine UFG é um fracasso’, ouvia isso

de várias pessoas, de colegas, de amigos, e nós insistimos, formamos um público fantástico, com sessões completamente cheias. Quando acertávamos na programação e tínhamos uma boa divulgação, que é essencial, a gente colocava 100, 140 pessoas meio-dia e meia aqui na sala. No final do meu mandato, o Cine UFG já era

Pesquisadores da UFG inves

Tecnologia de comunicação de redes pode



O professor Vinicius Cunha Borges do Instituto de Informática (INF) conversou sobre as possibilidades e novidades que o 5G pode trazer para o mercado pelo

Você provavelmente já passou por isso: está em um show, passeata ou até mesmo no estádio de futebol vendo um clássico. Acontece um momento marcante. Felizmente, ele é registrado com a câmera do seu celular. Empolgado, você decide compartilhá-lo em suas redes, em tempo real. Só que não consegue: a rede sumiu e a conexão está muito ruim, quase inexistente. Talvez, isso possa mudar no futuro próximo. O professor Vinicius Cunha Borges e outros pesquisadores e alunos do Instituto de Informática (INF) integram um grupo nacional e internacional que investiga os caminhos possíveis para a próxima geração de redes de comunicação, o 5G.

Segundo o professor, mudanças recentes nos rumos da evolução tecnológica levaram a pesquisa para a área da programação. “Da primeira até a quarta geração o pessoal procurava mudar a velocidade de acesso e era a tecnologia física mesmo que fazia isso. Sendo assim, ficava muito restrito na área dos engenheiros eletricitistas”, explica, “só que no 5G começou uma nova geração que envolve a ‘softwarização’ das redes que cria oportunidades pra gente da área da informática pois a mudança previs-

ta para o 5G vai além da velocidade de transmissão”.

Conforme a pesquisa caminha, Vinicius acredita que a evolução tecnológica trará mudanças, inclusive culturais, profundas na forma como as operadoras e os usuários lidam com este tipo de conexão. “Ela prevê mudanças na camada de negócios para as operadoras e vê flexibilidade de recursos para o usuário final”, resume. No caso das operadoras, é possível criar uma infraestrutura de rede que pode ser compartilhada pelas companhias, que precisarão se reinventar nesse sentido, podendo investir juntas e usar os mesmos recursos físicos só que de formas diferentes. “Nesse sentido a 5G cria expectativas que permitem que cada operadora possa focar em perfis diferentes de usuários e possam compartilhar e comprar juntas os recursos necessários, reduzindo seus custos, o que vai diminuir o custo que chega para o usuário final”, explica Vinicius.

Um dos principais impactos desta pesquisa seria um aumento significativo na qualidade dos serviços de rede no país: “as operadoras hoje no Brasil estão muito defasadas, melhorou muito as comunicações, especialmente móvel,

mas o governo deixa de fiscalizar muito como as operadoras oferecem serviços para os usuários e a qualidade desses serviços”.

Além de melhorar essa infraestrutura das operadoras, as empresas de telecomunicação poderão personalizar seu atendimento. “Outra questão é fazer uma conexão personalizada para o usuário identificando o comportamento dele, que é uma pesquisa que eu trabalho nesse projeto”, conta Vinicius. Essa pesquisa é um projeto nacional e internacional de cooperação, liderado no Brasil pela UFMG e em parceria com o INRIA, na França.

Outra tecnologia, essa um pouco mais adiantada, é a conexão dispositivo-a-dispositivo (d2d). “Hoje você quer acessar um vídeo e eu do seu lado quero acessar o mesmo vídeo. Na tradicional, você tem que fazer o download na sua operadora e tem que alocar recursos da estação base, da antena, da rede, pra transmitir isso pra cá”, conta Vinicius, “na d2d, ao invés de pedir lá na operadora, que vai demorar mais, você pode se conectar diretamente ao meu celular para acessar esse mesmo conteúdo”.

Sua utilidade se apresenta, por exemplo, na saída de um show ou evento. Muitas pessoas estarão

tentando acessar a rede para pedir um táxi ou Uber: “em um cenário denso, o recurso é escasso, ninguém consegue transmitir. Com o d2d você pode acessar pelo meu celular aquele conteúdo, sem sobrecarregar o recurso da operadora”.

Porém, o professor não vê isto mudando tão rapidamente. “Hoje a gente vê uma indústria de telecomunicação muito fechada e monolítica. Ela produz uma solução muito específica e aquilo é inflexível. Se você quer algo a mais, que é o que acontece com a evolução da internet, novas aplicações vão surgindo, que demandam mais recursos de banda”, disse.

No modelo atual, as mudanças são lentas e as operadoras arriscam perder seus investimentos: “para estabilizar equipamentos novos na área da informática demora uns dois ou três anos e às vezes nesse tempo surgem muitas novidades e aquela renovação que você fez acaba defasada e seu investimento foi perdido”. Leva muito tempo e é muito caro e mesmo assim “os serviços que elas oferecem não acompanham as demandas que surgem”. Por isso a proposta do 5G faz sentido. “Com um recurso escasso, você virtualizar alguns recursos de rede

tem em pesquisa para o 5G

mudar bastante nos próximos anos

Fotos: Charles Adryel



o software associado à hardware de uso geral

e desacoplá-los de um hardware proprietário se torna fundamental para evoluir o seu modelo mais rápido”, finaliza.

Sendo assim, com o 5G a ideia é “reprogramar a rede com um hardware geral, usando a nuvem para fazer a comunicação de rede que era feita só em produtos fechados. Isso vai ficar mais barato para as empresas que também conseguirão evoluir mais rápido, podendo oferecer pacotes mais interessantes para os usuários, reduzindo custo e aumentando lucro”, explicou Vinicius.

A personalização vem através de algoritmos de inteligência artificial e *deep learning*. “A informação é o bem mais valioso. Claro que a gente tem que ter ética para coletar as informações do usuário para delinear o comportamento dele”, disse o professor, “isto vai de vários aspectos: os interesses que ele tem, a rotina diária, os horários em que acessa cada tipo de conteúdo, quando deixa o celular em modo avião”.

Esse mapeamento serve para se preparar para os cenários densos. Por exemplo, vendo que muitos usuários estarão em um jogo, restaurante ou evento, a operadora “pode ver se vale a pena instalar

uma célula lá em determinado dia”, como reforçar a rede na região do Serra Dourada e do Estádio Olímpico em dias de jogo. Este caminho, porém, ainda apresenta inúmeros desafios. “Essa proposta sobre softwarização tem sido muito debatida e tem encontrado muitos desafios, como de que forma nós vamos levar isso pra nuvem, como vamos lidar com o impacto de desempenho”, exemplifica, “o que é mais palpável hoje é o d2d, a software-rização ainda está um pouco mais futurista, está um pouco distante porque ainda é necessário mudar muito as operadoras”.

Por fim, Vinicius destaca o papel do INF e da UFG: “o instituto cresceu demais e a pesquisa tem tido papel fundamental. Estamos com um quadro de cerca de 70 professores, pelo menos 50 deles dedicação exclusiva e voltados para a pesquisa. A prova disso é que conseguimos trazer várias atrações para o ERI, o ERAD e o ERSI”. O caminho da pesquisa é longo, mas ele acredita que a UFG está bem equipada para isso: “Estamos com um grande leque de pesquisadores muito bons e muito entrosados com a rede de pesquisadores o que nos dá a oportunidade de ajudar a definir as coisas que vem por aí”.

INF recebe 6ª edição da Escola Regional de Informática (ERI-GO)

Nos dias 14 e 15 de setembro o INF recebeu, ao mesmo tempo, os eventos Escola Regional de Informática (ERI-GO) e também Escola Regional de Alto Desempenho do Centro-Oeste (ERAD-CO) e Escola Regional de Sistemas da Informação (ERSI-GO). Tendo como tema “cidades inteligentes, a agenda trouxe oficinas, palestras e convidados de relevância nacional, como Philippe Navaux (UFRGS) com a palestra “os desafios do processamento de alto desempenho” e Hermes Senger (UFSCar) falando sobre o projeto e a implantação da nuvem acadêmica em São Carlos.

Todas as edições foram em Goiânia. O professor Vinicius explica que o ERI-GO surgiu como forma de expandir a parte técnico-científica com submissão de artigos dos alunos da graduação e pós-graduação. “Temos evoluído, em 2014 começamos com poucos artigos, logo já passávamos de 60 submissões”, disse ele que participou da comissão organizadora de todas as

edições sempre como coordenador do comitê técnico-científico que avalia estes artigos. A ideia do evento é regionalizar e aumentar a produtividade científica, pois um evento anual nacional não dava conta da demanda.

Com o evento regional, a ideia é sempre atrair mais participantes e gerar interesse no desenvolvimento de pesquisas. “A gente faz incentivos, lá no INF, para os cursos de graduação: quem publicar um artigo completo no ERI não precisa apresentar o texto da monografia”, conta Vinicius, estratégia que tem dado certo e gerado um crescimento no número de inscritos. “Nós temos conseguido atrair mais audiência, os professores estão aderindo, isso é muito legal”, conta. Ele acredita que o evento também tem ajudado a unir os pesquisadores de todo o Estado além de ampliar a conexão nacional e faz planos para o futuro: “estamos pensando em talvez organizarmos uma revista”.

“Temos evoluído, em 2014 começamos com poucos artigos, logo tínhamos mais de 60 submissões”

Adufg em defesa da pesquisa e inovação em Goiás

Evento compôs a programação do XII Fórum SBPC/GO de CT&I do Cerrado com audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Goiás

Foi realizada durante a manhã do dia 30/8 na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) a audiência pública “agenda positiva para a Ciência: tecnologia e inovação em Goiás”. Entre as entidades participantes esteve o Adufg-Sindicato na pessoa do vice-presidente Walmirton Thadeu, que compôs a mesa. A audiência fez parte da programação do XII Fórum SBPC/GO de CT&I do Cerrado. O objetivo era levantar questões e possíveis soluções para defender o setor de pesquisa, inovação e tecnologia brasileiro. Ao final da sessão foi composta uma carta que será entregue posteriormente aos candidatos presidenciais.

Outras entidades estavam representadas na mesa diretiva encabeçada pelo deputado estadual Francisco Oliveira que, após aberta a audiência, se retirou e convidou o magnífico reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professor Haroldo Reimer, para tomar o seu lugar. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) estava representada pela secretária regional Márcia Pelá. Também compunham a mesa o doutorando Carlos Klein, representando a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG); a professora Helena Carasek representando a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação da UFG; e o professor Albenones José de Mesquita representando a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

Márcia Pelá explica que na edição anterior do fórum foi lançada uma agenda em defesa de CT&I para Goiás com cinco pontos: não aos cortes orçamentários, apoio ao ensino e à pesquisa, popularização da ciência, a garantia de condições de trabalho para os pesquisadores no Estado de Goiás e a defesa da Fapeg. “É importante que a população compreenda o que é ciência e a universidade, que estão distantes da sociedade e para que as cabeças pensantes não acabem indo embora de Goiás”, explica Pelá.

“Vemos que há uma mobilização nacional pra tentar pautar



O reitor da UEG, Haroldo Reimer, e os professores Márcia Pelá e Walmirton



Professores e servidores compareceram em peso na audiência

a defesa da ciência com os presidenciais. Estamos pautando isto também para os representantes do legislativo”, continua a secretária, “unimos algumas entidades para fazer audiência para entregarmos um documento para os candidatos a governador e deputados para que a ciência seja pauta para políticas públicas de Estado e não de governo e que a Fapeg não sofra consequências de cortes de verba. Se a comunidade científica não se reúne num momento desses, será um adeus”.

Ela defende que cabe à comunidade científica mostrar sua importância para a sociedade. “Do ano passado pra cá, há uma total iniciativa de desmontar a pós-graduação no Brasil e está se criando a imagem no inconsciente coletivo de que ciência é privilégio. A gente precisa trabalhar nessa questão. Ciência não é gasto, é investimento. Ou a comunidade científica se une ou quebra”, finaliza. Ao seu ver, eventos como esta audiência pública são importantes para levar ao legislativo esta pauta que, para

ela, é até bem acolhida no Estado por causa da Fapeg e pelo setor do agronegócio “mas precisamos ir além dele”, disse.

Já a representante da PRPI da UFG, Helena Carasek declarou que a UFG “vem aqui fortalecer este movimento porque a gente entende realmente que a saída do país é educação, ciência e tecnologia. A gente tem que priorizar isso, muitas vezes tem discurso mas falta ação”. Ela salienta que, com a troca de governo, é importante não apenas garantir os investimentos, “mas o aumento dos investimentos e o Estado de Goiás precisa ser protagonista [nesta discussão]”.

O representante da ANPG, Carlos Klein, conta que é uma situação mais imediata para os pós-graduandos: “o clima para nós é totalmente de instabilidade e de incerteza sobre tudo”. Mesmo assim, ele conta que ao seu ver os professores e a comunidade universitária estão unidas. “Temos visto sim um engajamento muito grande por parte dos professores e da comunidade acadêmica como um todo.

Temos tido um movimento forte com iniciativas que buscam mostrar para a população e políticos a importância do papel da ciência, a divulgação científica tem um papel muito importante”, disse.

Adufg

“O Adufg-Sindicato já tem um histórico de auxiliar e participar dos eventos relativos à pesquisa no Estado de Goiás. Sempre estamos presentes e buscando investimentos, tendo uma participação decisiva na melhoria deste estado ruim relacionado à ciência e tecnologia”, declarou o professor Walmirton Thadeu. O professor lembrou que foi diretor do ICB durante muitos anos e conta que foi um período de muito esforço para equipar laboratórios e investir na pós-graduação. “Eu me lembro que a gente ia buscar fomento nestes órgãos governamentais, batia na porta e estendia o chapéu. Com muita dificuldade, muita luta, a gente conseguia uma coisa ou outra”, conta.

Sem o investimento, ele resalta que toda a economia do Estado sai prejudicada: “sabemos bem que sem um aporte financeiro, dificulta a pesquisa e sabemos que, sem pesquisa, não há desenvolvimento, não há criação de empregos. Não gera divisas e a competitividade da nossa região cai muito”, arremata. Ele parabenizou a mesa por promover este tipo de agenda aqui em Goiás.

Durante sua fala de abertura na mesa, o professor falou da necessidade de uma maior inclusão e participação de todos os setores da sociedade na universidade, inclusive fez uma sugestão aos deputados: que eles oferecessem o espaço da Alego para um grande evento de ciência e tecnologia aberto para todos, especialmente para os alunos de escola pública. Com um adendo: “e colocando os deputados para ajudar a apresentar os palestrantes e realizar os minicursos de modo que eles possam conhecer [o assunto] para terem condições de legislar melhor”.

A saída do Andes e a estruturação de um sindicato

Frente ao governo FHC e Lula, os presidentes Fernando e Romualdo deram início a um processo de transição

Bárbara Zaiden



Na gestão de Fernando Pereira, o Adufg se desfilhou do Andes

Guilherme Fernandes



Romualdo lutou contra o projeto de FHC

Quando o professor Márcio Florentino saiu da presidência do Adufg-Sindicato para assumir posição na diretoria do Andes-Sindicato Nacional, o posto passou a ser ocupado pelo professor Romualdo Pessoa, até 1997. Romualdo relembra o momento difícil, graças ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ao ministro da educação Paulo Renato Costa. Depois desta primeira passagem pela presidência, Romualdo retornou em 2005.

Avaliando as gestões, da primeira destaca uma greve intensa e a articulação política contra o projeto neoliberal de FHC. Depois, o foco foi o diálogo com o governo e a própria reestruturação do sindicato. “No Adufg-Sindicato consolidávamos um projeto de diretoria que se pautava exatamente no respeito à diversidade de concepções políticas”, explica, “reconhecíamos que o sindicato é um instrumento de luta política, de defesa da categoria, e deve ser marcado pela pluralidade e o sindicato deve lutar para representar todas essas visões, sem silenciar as minorias. Somos de vários grupos, mas acima de tudo somos professores engajados na defesa da instituição pública”.

Como presidente, Romualdo também conduziu algumas ampliações físicas para melhor acomodar eventos como as assembleias e o Quintart. “Garantimos uma melhor estrutura no espaço da Adufg”, afirma. De 2005 a 2007,

a política era de construção, “era um processo de consolidação de um projeto de ampliação da universidade pública, de mais investimentos, de melhorias para nossa carreira”, conta Romualdo.

Já à época, surgia a necessidade de separação do Andes. “Percebíamos uma dificuldade do Andes de estabelecer canais de diálogo com o governo que para nós considerávamos fundamental, porque era um governo aberto a diálogo e se nós fôssemos para o embate nós teríamos dificuldades de fazer nossas reivindicações serem atendidas”.

Separação necessária

Fernando Pereira assumiu a presidência pela primeira vez em 2003 e depois em 2009. A separação do Andes passou a ser pauta fundamental. “Vivíamos em função da pauta nacional política deles, propondo todo ano greve. Você não via se discutir nenhuma proposta para a universidade”, critica. A variedade de pautas também comprometia o protagonismo das necessidades da universidade e dos professores.

“Quando fui presidente pela primeira vez, a primeira coisa que fizemos foi cortar um pouco essa participação dos fóruns do Andes. A Adufg tinha uma dívida [com o Andes], isso não fazia sentido, pois temos uma arrecadação muito boa”. Os gastos com congressos e participação em eventos era alto e o professor reduziu drasticamente o

repasso feito ao Andes. Com o valor economizado, a Sede Administrativa pôde passar por uma reforma.

Fernando diz que queria ter sido presidente uma vez só, mas retornou com o objetivo de concretizar a desfiliação do Andes. “Foi uma briga muito grande. As assembleias eram bem tumultuadas e cheias de xingamentos. Mas nesse período todo sempre tivemos maioria, nunca perdemos uma votação”, relembra. A votação derradeira e definitiva pela saída foi em 2011. “Aqui em Goiás existia uma rejeição muito forte ao Andes: dias e dias discutindo pauta internacional enquanto não havia uma política para o movimento docente nem para a universidade pública brasileira”, disse Fernando.

A filiação ao Proifes-Federação, assim, vinha da necessidade de ter uma representação nacional, mas mantendo a autonomia e o patrimônio do Adufg-Sindicato. “No final conseguimos entregar um sindicato independente e muito melhor estruturado”, disse, “acho que o movimento sindical precisa ser mais propositivo, questionar e formular projetos para a universidade, porque se não formos capazes de fazer isso, outros podem impor seus projetos a nós”, finaliza.

Atualidade

O professor Romualdo se afastou do Adufg-Sindicato em 2007 devido a uma tragédia pessoal e só

voltou a participar em 2015. Mas conta que tem sentido a necessidade de se engajar mais de agora em diante. “O momento atual é fruto de um retrocesso. Essas ações do governo são muito parecidas com o que nos levou à greve na minha primeira gestão. Hoje é uma situação muito pior. Porque temos uma universidade com uma estrutura muito maior, um número muito maior de estudantes. E isso requer muitos recursos”, explica.

Já Fernando traça críticas ao movimento sindical e à universidade. “Acho que o movimento sindical precisa ser mais propositivo, questionar e formular projetos para a universidade, acho que estas coisas são pouco discutidas, porque se não fomos capazes de fazer isso, outros podem impor seus projetos a nós”.

Ele ainda questiona os perigos da organização da universitária para o ensino brasileiro. “Se a própria universidade não fizer ela mesma uma proposta viável de universidade pública, corremos o risco de alguém enfiar um modelo nossa goela abaixo”. E defende a necessidade de propostas de financiamento e diálogo com a sociedade. “[Uma universidade] Que saia de si, que pare de pensar nas picuinhas internas e pare para pensar o que pode contribuir para o Brasil. É difícil, acaba que os interesses corporativos tomam conta. Esse é um problema grave”, ressalta o professor.

O tempo não é linear como parece

Lançamento aborda como os tempos históricos podem ser múltiplos e como isso afeta a historiografia

A multiplicidade dos tempos históricos é a mais instigante questão historiográfica das últimas décadas. Se não a mais complexa, provavelmente a mais incômoda. Autores tão importantes e tão diversos quanto Gaston Bachelard, Alexandre Koyré, Fernand Braudel, Louis Althusser, Michel Foucault, Siegfried Kracauer, Reinhart Koselleck, Paul Ricoeur, Jacques Rancière, Jacques Le Goff, Krzysztof Pomian, Roger Chartier, entre outros, confrontaram-se com ela. Aberta no entreguerras, a dessincronização do mundo e da história não apenas tornava possível, mas exigia conceber uma nova ideia do passado e formular uma nova compreensão do conhecimento histórico.

A concepção homogênea, linear e contínua de temporalidade histórica, oriunda do século XIX, foi duramente questionada no século XX. Forjada a partir do final do século XVIII, essa concepção nasceu no interior do historicismo e das novas filosofias da história, que buscaram sincronizar os distintos tempos de diferentes sociedades e culturas, por meio de conceitos tais como os de “progresso” e “civilização”. A diferença de culturas foi, assim, inscrita numa grade temporal linear, hierarquizada e significativa, de que as histórias universais dão testemunho maior. A sucessão cronológica era, então, a grande imagem da temporalidade histórica.

A concepção uniforme e constante de tempo tornou-se um problema epistêmico a partir do final do século XIX. Novas formas de comunicação e transporte alteraram os modos como se experienciava o tempo. Na ciência, o tempo tornou-se relativo com Einstein.



HETEROCRONIAS - Estudos sobre a Multiplicidade dos Tempos Histórico

Marlon Salomon(org.) /
Edições Ricochete/ 384 páginas

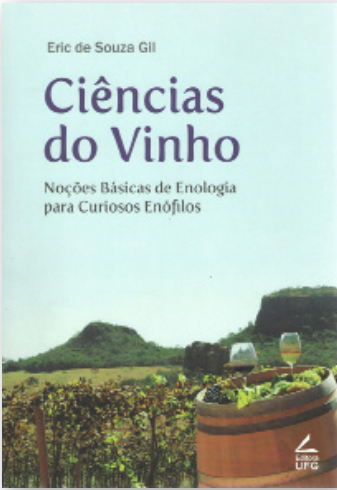
O livro organizado por Marlon Salomon reúne quinze estudos, de renomados especialistas, sobre temas e questões relativas à multiplicidade dos tempos históricos. Ele nos traz uma estimulante diversidade de reflexões e análises teóricas, epistemológicas, filosóficas e historiográficas, preenchendo uma importante lacuna. Se em nossos dias já não é mais preciso insistir no fato de que o tempo é a matéria constitutiva da história, é preciso, todavia, reconhecer que essa matéria é heterogênea, policrômica, esburacada, descontínua, multidimensional. Tal é a contribuição deste livro.

E sobre ele se pode dizer, sem medo de exagerar, que está destinado a se tornar uma referência no campo das reflexões sobre tempo e história.

Ciências do vinho: noções básicas de enologia para curiosos enófilo

Eric de Souza Gil /
Editora UFG/ 284 páginas

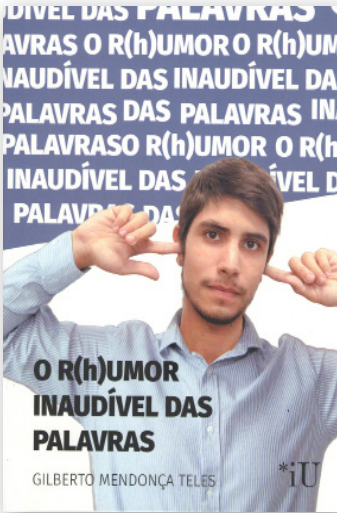
Um livro destinado a amantes do vinho e que querem saber mais, só que não sabem muito bem como começar ou dar seus primeiros passos. Esta obra tem como objetivos norteadores compartilhar com outros curiosos apreciadores de vinho e iniciantes interessantes neste universo, de forma superficial, mas abrangente, os conhecimentos básicos compilados e adquiridos pertinentes a esta vasta e milenar área de saber



O r(h)umor inaudível das palavras

Gilberto Mendonça Teles/
Editora da Imprensa Universitária/ 42 páginas

Com O R(h)umor inaudível das palavras, o Prof. Gilberto volta a exumar coisas de Goiás e a instigar com elas os/as leitores/as que a obra tiver a sorte de alcançar. Porque não deixa de ser um tema incômodo algo em princípio tão banal como o nome deste estado. Como explicarmos que em um espaço – o Mato Grosso goiano e o Noroeste goiano – maioritariamente habitado no séc. XVIII por povos do tronco linguístico Macro-Jê se consolidasse um topônimo tupi, isto é, “Goyaz”? Para enfrentar esse aparente contrassenso, Mendonça Teles, nesta obra, fez a arqueologia dos discursos em que se visou a esclarecer a etimologia e a motivação do topônimo. O/A leitor encontrará nesta obra a contraposição desses discursos; eles são analisados como se fossem uma concatenação de rumores acerca de um mistério. E o autor, não se furtando ao humor, aponta que a causa disso talvez seja o primeiro sinal da antiga teima da Região Sudeste do Brasil, intensamente tupi, em querer influenciar nos assuntos goianos. O tom humorístico quase desaparece na abordagem do outro assunto principal desta obra: Foi José B. R. Monteiro Lobato desleal com Hugo de Carvalho Ramos ao publicar, em 1921, O Saci? Cabe ao/à leitor/a julgar.

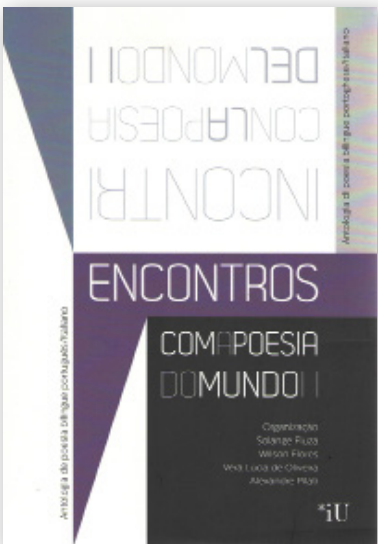


Encontros com a poesia do mundo II: antologia de poesia bilíngue português-italiano = Incontrì con la poesia del mondo II: antologia di poesia bilingue portoghese-italiano

Solange Fiuza, Wilson Flores, Vera Lúcia de Oliveira e Alexandre Pilati (org.) /

Editora da Imprensa Universitária/ 248 páginas

Esta antologia oferece um esboço do vasto panorama que é a poesia contemporânea: escritores de diferentes cantos do mundo, sobretudo do Brasil, da Itália e da França, contribuíram, encontrando-se no terreno comum da lírica.



Amanda Sales



O reitor com os professores Telma Alves Garcia e Ricardo Neves Marreto

Nova diretoria toma posse na Faculdade de Farmácia

Com cerimônia no mini-auditório da própria Faculdade de Farmácia, a nova diretoria da unidade acadêmica tomou posse com a presença do magnífico reitor Edward Madureira Brasil e do presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva. A direção e a vice-direção passaram respectivamente para os professores Telma Alves Garcia e Ricardo Neves Marreto. “Já há três gestões as mulheres assumem a unidade”, destacou Edward, chamando atenção para a presença feminina na faculdade e lembrando que a unidade acadêmica é a segunda mais antiga da UFG. O corte de investimentos nas universidades públicas voltou

a ser tema de discussão ao pautar o discurso de encerramento da ex-diretora, professora Maria Teresa Freitas Bara, e também no discurso de posse da professora Telma, que cobrou união e luta da comunidade acadêmica e, novamente, no discurso do professor Edward, que destacou o papel do sindicato: “Adufg tem uma missão pesada nesses períodos de desmonte das universidades públicas. O sindicato precisa de muita sabedoria, muita capacidade de diálogo e habilidade para a gente atravessar esse momento difícil. Nós temos que entender que hoje o que nos une é a defesa do ensino superior”, afirmou.

Mulheres assumem a diretoria da EVZ pela primeira vez

As professoras Maria Clorinda Soares Fioravanti e Ozana de Fátima Zacaroni são as primeiras mulheres a tomar posse, respectivamente, como diretora e vice-diretora da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da UFG.

Em seu discurso, Maria Clorinda destacou que seu compromisso maior será trabalhar “com afinco” frente aos “tempos atuais de desconstrução da universidade pública, gratuita e de qualidade”, além de prometer uma gestão transparente, honesta e participativa envolvendo alunos, técnicos e professores. Elas assumem após oito anos da gestão dos professores Marcos Barcellos Café e Adilson Donizeti Damasceno, que estiveram presentes e parabenizaram a nova diretoria. O magnífico

Secom-UFG/Carlos Siqueira



Edward posa com as professoras Maria Clorinda e Ozana de Fátima

reitor Edward Madureira Brasil esteve presente na cerimônia e lembrou a sua trajetória na EVZ, iniciada como aluno em 1981. Ele também enfatizou a defesa da universidade: “temos que destacar o papel fundamental do presidente da Capes que teve coragem de assinar o documento e forçar o governo a mudar a proposta de lei orçamentária”, destacou.

Governo volta atrás sobre a segunda parcela do Acordo do Proifes

No início deste mês de setembro, o governo Temer, através da Medida Provisória 849, conseguiu adiar o pagamento da segunda parcela do acordo de reestruturação das carreiras que já deveria constar nos contracheques a partir deste mês. Este recebimento faz parte do Acordo 19/2015 firmado pelo Proifes-Federação naquele ano que diz respeito à reestruturação das carreiras dos docentes do magistério superior e que mais tarde se tornou a Lei 13.325/2016, sancionada sem vetos por Michel Temer.

O objetivo era que em setembro do ano que vem, o plano de carreira já estivesse completamente estruturado e previsível, fa-

cilitando o cálculo dos salários em caso de reajuste.

Não é a primeira vez que o governo tenta adiar. A primeira vez foi com a Medida Provisória 805, que adiaría os reajustes de 2018. Ela foi suspensa por decisão do STF. O Proifes-Federação publicou uma nota de repúdio ao descumprimento do acordo: “isso mostra um tratamento discriminatório com os servidores e servidoras do Executivo, e, consequentemente, com os profissionais da Educação e da Saúde, que são chamados pelo governo para pagarem a conta do ajuste fiscal, prejudicando aqueles que prestam serviços tão relevantes, e, em última análise, o povo brasileiro”.

UFG deve lançar campanha contra o assédio moral

Secom-UFG/Adriano Justiniano



A vice-reitora Sandramara Matias Chaves esteve à frente da reunião

O presidente Flávio Alves da Silva, esteve presente em reunião com 20 membros da Comissão Permanente de Acompanhamento de Denúncias e Processos Administrativos Relacionados a Questões de Assédio Moral, Sexual e Preconceito, na qual o Adufg-Sindicato é parceiro da UFG.

Também participou da reunião a vice-reitora Sandramara Matias Chaves, que reforçou a importância da comissão e a necessidade de esclarecer para a comunidade acadêmica o caráter da comissão, que é educativo e no sentido de promover ações e palestras sobre os temas em questão.

Na reunião, foram feitas propostas de uma agenda para o segundo semestre para o desenvolvimento e execução de uma campanha de enfrentamento do assédio moral na UFG. O professor Flávio Alves da Silva reforçou o apoio e o papel do Adufg-Sindicato na campanha e destacou a extrema importância de discutir este assunto na academia e informar a comunidade universitária sobre assédio moral. Outro ponto discutido foi que a universidade, por meio da comissão, continuará promovendo discussões sobre estes e outros assuntos pertinentes à comunidade acadêmica.

Do Planetário ao Piauí

Aos 80 anos e trabalhando, o professor José Eduardo conta sua trajetória em diferentes cargos na UFG

Bárbara Zaiden

A sala escura, com temperatura e poltronas agradáveis tornam o Planetário perfeito para entender as leis e movimentações do universo. Nesse clima lúdico, o professor José Eduardo Albuquerque de Macedo matava as saudades ao revisitar o lugar que, durante tanto tempo, foi de ensino e aprendizado na sua carreira.

O professor José Eduardo trabalha até hoje, aos 80 anos de idade, e diz que não consegue ficar parado. Já passou por vários caminhos e um dos mais marcantes foi o planetário da UFG. Na década de 1970, a universidade, compôs com os equipamentos recém-adquiridos Zeiss Jena Spacemaster e o telescópio Zeiss Cassegrain, recebidos de doação, o planetário.

A inauguração foi em 23 de outubro de 1970, véspera do aniversário de Goiânia, e lá já estava o professor, que ficou na gestão nos primeiros anos. José Eduardo teve que lidar com um teto improvisado, por onde entrava água das chuvas. O prédio foi paralisado em 1972 para reformas, com reabertura em 1977, quando o geógrafo assumiu a posição de diretor, até 1979.

Filho de professores, nascido em Conquista (MG), “pertinho de Uberaba”, como gosta de enfatizar, era o mais novo de seis irmãos e perdeu a mãe quando ainda tinha um ano e três meses. O pai se mudou para Uberlândia após casar pela segunda vez, levando os quatro filhos mais velhos. Ele e a irmã mais nova ficaram na cidade natal.

“Fui criado pela minha avó, uma criação muito boa, muito severa”, conta. “Não tinha Ginásio, então fomos para Uberaba: minha irmã foi estudar em colégio de freira e eu fui estudar em colégio interno de padre, o Marista. Eu gostava demais do internato, era uma severidade muito grande”.

Gostou tanto que logo sentiu vocação para o sacerdócio, longo período de formação para ser padre, que o levou a várias cidades diferentes do Brasil. “Me levaram para o período de formação no Rio de Janeiro. De lá fui pra Curitiba continuar o curso de padre. Me mandaram para Montes Claros, norte de Minas, para fazer faculdade. Comecei Geografia, depois vim pra Goiânia”, relembra.

Após todo esse trajeto e muito estudo, a vontade de se tornar pa-



Em visita ao Planetário, o professor se emocionou de saudades

dre passou. Continuou Geografia na Católica e formou na UFG.

Em meados dos anos 1960, quando José Eduardo já dava aulas nas escolas de Goiânia, começaria a trajetória acadêmica, que nunca seria pautada pela mesmice. Além de professor, ocupou vários cargos na universidade. “Fui chefe de departamento, fui diretor do planetário durante vários anos, depois fui para Picos. Fiquei quatro anos diretor do IQG e quando chegou a época de me aposentar, em 1991, me aposentei”, relembra.

No nordeste

Depois do planetário, esteve dois anos à frente do campus avançado da UFG em Picos (PI). Ele conta que esses campi foram criados pelo governo com o propósito de que a extensão universitária atendesse às populações carentes. “Até hoje nós temos uma falta muito grande de atendimento à população pobre do interior, no passado era ainda mais séria a situação”, relembra. Na época, eram 21 campi. Os estudantes da universidade eram levados para conhecerem realidades diferentes. “Os alunos do sul iam conhecer a realidade do norte; os alunos do norte iam conhecer o sul, nós do centro-oeste íamos para o nordeste”.

José Eduardo conta que a realidade era muito dura no Piauí. “Um

local extremamente pobre, uma seca terrível, uma miséria total. Os alunos saíam aqui da universidade, sobretudo de Medicina e Odontologia, também de Direito e às vezes Farmácia”, explica. “Nós levávamos, também, remédios porque era uma população muito carente. Não adiantava o médico receitar um remédio e o paciente não ter dinheiro para comprar”.

A rotina, apesar de puxada, compensava: “atendíamos o dia todo no posto de saúde e no hospital. Voltávamos e jogávamos futebol na área de lazer; jantávamos. Os alunos gostavam muito, nunca tivemos problemas”. Muitas vezes os alunos eram voluntários em atendimentos nos finais de semana, mesmo durante a folga.

“Os líderes da comunidade, já sabendo, chegavam lá na sexta-feira e falavam pra gente: ‘escuta, você podia levar um médico e um dentista para atender no meu povoado’. Eu falava com os alunos e eles adoravam”, conta. As filas de atendimento eram grandes e depois os moradores serviam almoço para as equipes.

O professor passou os dois anos, com toda a família, no Piauí. “Foi um trabalho de grande dedicação. Eu gostava muito do serviço que a gente prestava”, disse. “O tempo que eu passei em Picos foi maravilhoso. Foi difícil? Sim, muito difícil,

outra realidade, mas foi muito gratificante”, afirma.

Mesmo com uma trajetória extensa, a vocação de José Eduardo estava em lecionar. Hoje, aposentado, resalta que sempre primou pela boa convivência. “Eu gostava de dar aula. Não sei se é meu jeito de ser, mas todo mundo gostava de mim e eu gostava de todo mundo. E olha que eram seis departamentos e o contato que eu tinha entre eles era muito bom”.

De tudo, ele não consegue escolher qual foi a melhor parte. “Tudo foi muito bom, não tem como escolher. “Eu dava aula de astronomia e climatologia, levava-os para o planetário, mostrava o céu, mostrava tudo. Eu gostava de mostrar as estrelas que estão na bandeira do Brasil, falar o nome de cada estrela e onde estão no céu”.

Hoje, José Eduardo trabalha na arquidiocese de Goiânia diariamente, além de caminhar bastante e resolver burocracias. Joga bola no clube Jaó três vezes por semana. Trabalhou em imobiliária e coordenou a catequese na catedral de Goiânia. A convite do arcebispo da época, está na cúria desde meados dos anos 1990. “Eu não aguento ficar parado. Sábado, domingo, feriado. Eu comecei a trabalhar aos 10 anos. O dia que eu ficar parado, eu morro”, finaliza.